



PARECER JURÍDICO nº 210/2020/PGM

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE ALVOS DE TIRO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CENTRO DE FORMAÇÃO E ENSINO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL-CGM/TIMON. ANÁLISE DE LEGALIDADE E VIABILIDADE JURÍDICA.

1- RELATÓRIO

Vem ao exame desta Procuradoria requisição de Parecer Jurídico da Comandante da Guarda Civil Municipal de Timon, acerca da análise e aprovação jurídica da minuta contrato de dispensa nº 002/2020, que regerá o procedimento administrativo para aquisição de alvos de tiro para atender a demanda do Centro de Formação e Ensino da Guarda Civil Municipal/GCM de Timon-Ma, contrato a ser firmado entre o Município de Timon através do Comando da Guarda Civil Municipal e a empresa M. DOS M. PERES SERVIÇOS GRÁFICOS (GEMA-GRÁFICA E EDITORA MARANHENSE), com esteio no permissivo do art. 24, inc. II, da Lei de Licitações, em razão de tratar de despesa que não excede os limites previstos.

Foram cotados orçamentos de três empresas(acostado), sendo a empresa M. DOS M. PERES SERVIÇOS GRÁFICOS (GEMA-GRÁFICA E EDITORA MARANHENSE) que apresentou a proposta mais vantajosa.

É o quanto basta a relatar.

2- FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Ante a legislação pertinente à matéria, dispensa de licitação, estabelece o suscitado art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/93:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um

Este documento foi assinado digitalmente por JOÃO SANTOS DA COSTA
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://gab.portaldessignatura.com.br> e utilize o código BFD-CA74-61AD-148F.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
Procuradoria Geral do Município – PGM

mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”;

A proposta comercial da acostada pela empresa M. DOS M. PERES SERVIÇOS GRÁFICOS (GEMA-GRÁFICA E EDITORA MARANHENSE), totaliza a importância de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais, não ultrapassando o limite legal.

No que tange ao prazo de vigência sugerimos que seja o mesmo do exercício financeiro vigente, para fins, inclusive, de prorrogação, caso seja de interesse da administração.

De outra parte, deve ser cumprido o parágrafo único do art. 26 da Lei de Licitações, vejamos:

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e nos incisos III a XXIV do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º, deverão ser comunicados dentro de três dias à autoridade superior para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;*
- III - justificativa do preço;*
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens estão alocados.”(destacamos).*

Justificado o fornecedor e o ajuste do preço, acostado, e demais documentos pertinentes, bem como atestada a regularidade fiscal da empresa, através das certidões acostadas, o futuro contrato administrativo sujeitar-se-á às formalidades previstas no artigo 61 da Lei 8.666/93, bem como a publicação de seu extrato para que tenham eficácia plena, vejamos:

“Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da

Este documento foi assinado digitalmente por JOÃO SANTOS DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código BF3D-CA74-61AD-148F.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
Procuradoria Geral do Município – PGM

dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.”

Verificamos que foram devidamente cumpridas as formalidades acima destacadas pelo que opinamos pela procedência do procedimento de dispensa, como também aprovada a minuta contratual nº002/2020, contrato a ser firmado entre o Município de Timon através do Comando da Guarda Civil Municipal e a empresa M. DOS M. PERES SERVIÇOS GRÁFICOS (GEMA-GRÁFICA E EDITORA MARANHENSE).

3 -CONCLUSÃO

Pelo exposto, restrita a presente análise aos aspectos jurídico-formais, manifestamo-nos pela aprovação da minuta contratual nº002/2020, que regerá o procedimento de dispensa de licitação para aquisição de alvos de tiro para atender a demanda do Centro de Formação e Ensino da Guarda Civil Municipal/GCM de Timon-MA, contrato a ser firmado entre o Município de Timon através do Comando da Guarda Civil Municipal e a empresa M. DOS M. PERES SERVIÇOS GRÁFICOS (GEMA-GRÁFICA E EDITORA MARANHENSE).

Sendo o que se tem por entendimento desta Procuradoria Geral.

Timon(MA), em 14 de maio de 2020.

João Santos da Costa
Procurador Geral do Município
Matrícula 14592-2 Portarias 038/2012 e 041/2013

Este documento foi assinado digitalmente por JOÃO SANTOS DA COSTA.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://foab.portaldocoesin.mt.gov.br> e utilize o código BF3D-CA74-61AD-148F.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BF3D-CA74-61AD-148F> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BF3D-CA74-61AD-148F



Hash do Documento

3D72A27D2BAE508921F16428C90885392344D9AE26A9DB131B8BFCE7750D12C2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/05/2020 é(são) :

- JOÃO SANTOS DA COSTA (HOMOLOGAÇÃO DE PARECER JURÍDICO) - 463.203.693-53 em 19/05/2020 12:00 UTC-03:00

Nome no certificado: Joao Santos Da Costa

Tipo: Certificado Digital

